

## CAPÍTULO 9

### **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MULTIFUNCIONALIDADE DA CAFEICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS GERAIS**

*Miguel Angelo da Silveira*

*Paulo Eduardo Moruzzi Marques*

#### **Introdução**

O Sul de Minas, uma das dez Regiões de Planejamento (RP) do estado de Minas Gerais, conta com um total de 155 municípios (Fundação João Pinheiro, 2003), possui um patrimônio agroalimentar e gastronômico bastante diversificado e é fortemente identificado com a cultura cafeeira, pois produz de cerca de 50% do café do estado, que, por sua vez, é responsável por 70% da produção brasileira (Conab, 2008). Com base nessa premissa, este artigo objetiva identificar as contribuições da agricultura familiar sul-mineira para o desenvolvimento territorial, sob o prisma da noção da multifuncionalidade da agricultura e a partir da análise de dinâmicas territoriais e projetos coletivos selecionados em três municípios vizinhos – Poço Fundo, Machado e Campestre, locais onde se concentra uma das maiores produções de café com qualidade superior do país, historicamente centrada em bases familiares e cultivada em áreas de montanha.

Conforme os estudos de Moruzzi Marques et al. (2007), há sinais de experiências que podem alçar a agricultura familiar dessa configuração espacial ao pioneirismo, em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais, nas quais dimensões tais como identidades culturais, iniciativas sociais, aptidões ecológicas e ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como funções essenciais.

O trabalho leva em conta que o café é, efetivamente, responsável pela emergência de uma significativa identidade territorial e destaca, ademais, que o potencial socioeconômico da produção familiar local pode se traduzir em um trunfo vigoroso, desde que fundado nas relações particulares desta forma de produzir com a natureza, as quais, potencialmente, favorecem o reconhecimento das múltiplas funções da agricultura. Estas últimas configuraram-se como uma ressignificação das concepções de desenvolvimento, principalmente quando associadas às preocupações com o equilíbrio da ocupação territorial, com a criação de empregos, com a garantia de geração de renda para a reprodução social da agricultura familiar e com o desenvolvimento de um saber ambiental específico, centrado, neste caso, no sistema orgânico de produção.

O relevante potencial turístico do território, caracterizado pela forte variação de paisagem, pelo referido patrimônio alimentar e pela privilegiada localização geográfica, próxima ao eixo Belo Horizonte-São Paulo-Rio de Janeiro, torna a região em questão um lugar privilegiado para o descanso e para a recreação daqueles que habitam nessas grandes regiões metropolitanas. Esse fenômeno favorece o relacionamento dos agricultores com aqueles que vivem em lugares de grande concentração populacional (com crescentes inconvenientes ligados ao *stress* urbano, ao transporte, à poluição, à alimentação inadequada ou à saúde). O diálogo entre estes dois mundos pode levar a um reconhecimento de qualidades no modo e ritmo da vida rural.

Para o estudo das contribuições do segmento familiar ao desenvolvimento territorial, os procedimentos metodológicos adotados levaram em conta a articulação das unidades familiares entre si, as complexas relações estabelecidas entre elas e o território, e as implicações relacionadas às estratégias e políticas públicas de desenvolvimento territorial. A análise desses aspectos foi fundamentada sobre quatro componentes principais: demográfico-social, econômico, ambiental e espacial.

Como resultado, identificou-se uma dinâmica territorial dominante e selecionou-se um projeto coletivo, em função de sua relevância para a perspectiva socioterritorial. Trata-se de: 1) “Dinâmica preponderante em torno do café”, determinada pelo modelo produtivista/industrial da própria *filière* do café, na qual a agricultura familiar se beneficia apenas marginalmente. Neste modelo, atuam as cooperativas tradicionais, como a Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo (Coopfundo), a Cooperativa Agrária de Machado (Coopama) e a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé); 2) “Projeto produtivo orgâ-

nico fundado no princípio do comércio justo”<sup>1</sup>, encabeçado pela Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam).

Desta perspectiva, escolheu-se como ponto de partida para a análise e referência espacial inicial o município de Poço Fundo, buscando-se identificar as principais articulações com amplitude supramunicipal empreendidas por iniciativa de diferentes atores. Assim, o estudo foi baseado em entrevistas que consistiram em identificar as representações sociais destes últimos, entre eles: os dirigentes do projeto selecionado, gestores públicos (prefeito, secretário da Agricultura e dois vereadores); sete agricultores familiares (todos instalados no território, mas quatro ligados ao projeto coletivo em questão e outros três não engajados); presidentes das três cooperativas localizadas em Poço Fundo; agentes de extensão rural; dois compradores autônomos de café e, enfim, dois professores universitários.

No quadro do marco conceitual da pesquisa, o território é concebido como lugar de construção de recursos específicos, condição vista como essencial para a criação de bens diferenciados. Ganha terreno, assim, a ideia de que o espaço território carrega vida e cultura, fermento potencial do desenvolvimento. Nessa perspectiva, torna-se pertinente considerar o dinamismo dos indivíduos em suas iniciativas, tanto nas esferas econômicas quanto nas socioculturais e ambientais (Pecqueur, 2002). Já os projetos coletivos constituem alianças e engajamentos dos atores sociais e institucionais em torno de compartilhamento de recursos e objetivos. Estes últimos são considerados meios e perspectivas de intervenção sobre o território. A propósito, este quadro de referência permite também analisar as dinâmicas territoriais induzidas pelas ações das empresas privadas, mas sem as considerar, no entanto, enquanto projeto coletivo. Nesta abordagem, as dinâmicas territoriais são tomadas em conta a partir, sobretudo, do tipo de lógica que as orienta, associadas a quatro grupos de vetores: projetos coletivos, iniciativas das empresas privadas, ações fragmentadas e políticas públicas.

A estrutura do presente artigo é composta de cinco partes: a primeira apresenta a temática geral e o problema de investigação, com comentários sobre a sua trajetória. Na segunda parte, é apresentada a contextualização do estudo; a terceira parte se refere à dinâmica territorial identificada; a quarta parte faz uma análise do projeto coletivo selecionado e, finalmente, à luz das evidências, apresentam-se as conclusões na quinta parte.

---

<sup>1</sup> O comércio justo é uma prática comercial assentada em um conjunto de normas e princípios transparentes, participativos e democráticos, que objetiva proporcionar condições financeiras mais vantajosas para a produção familiar de países do chamado Terceiro Mundo.

## A contextualização do estudo

Na RP Sul de Minas Gerais vivem, atualmente, cerca de dois milhões e quatrocentas mil pessoas, espalhadas em seus 155 municípios (13,4% da população do estado), com cerca de 530 mil delas habitando em meio rural (Fundação João Pinheiro, 2008). Com paisagens edafoclimáticas e socioeconômicas variadas, a região possui uma diversidade considerável de produtos agrícolas e um rico patrimônio alimentar e cultural, destacando-se a cafeicultura, a pecuária leiteira e o artesanato. Por outro lado, apresenta uma indústria extrativa mineral em expansão, um turismo em crescimento (em Poços de Caldas, nas estâncias hidro-minerais e, especialmente, no lago de Furnas) e, nos últimos anos, uma propagação da atividade florestal. No eixo da Fernão Dias, a indústria de transformação vem crescendo aceleradamente (em Extrema, Pouso Alegre, Varginha, Três Corações, Lavras e outros municípios vizinhos). A indústria eletroeletrônica está em expansão no vale do Sapucaí (Santa Rita do Sapucaí e Itajubá), o que lhe vale a designação de Vale da Eletrônica. Convém ainda salientar que a indústria de alimentos, em especial de derivados lácteos, é uma das que mais crescem no conjunto da região.

Dados da Fundação João Pinheiro (PIB..., 2008) relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual no período de 2002 a 2005, revelam que as regiões Central e Sul concentraram 56,5% do PIB estadual. A região Sul de Minas apresentou o segundo maior PIB, cerca de 13% do total. Em relação à produção de café, o Sul de Minas é responsável por 53% da produção estadual, o que corresponde a 70% da renda dos estabelecimentos rurais.

Compreendendo um dos mais destacados conjuntos de municípios sob o ponto de vista do cultivo do café, Poço Fundo, Machado e Campestre notabilizam-se pela qualidade superior de seu produto. Estudos conduzidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e Embrapa Café (Alves et al., 2007) indicam que, na região central do Sul de Minas, os municípios de Machado, Campestre e Poço Fundo apresentam fatores edafoclimáticos bastante favoráveis à produção de cafés de excelente qualidade de bebida, desde que aliados a um sistema de manejo adequado, já amplamente dominado pelos produtores locais.

A base técnica e social sobre a qual essa cafeicultura se desenvolveu historicamente é caracterizada por numerosas e pequenas explorações familiares, fomentando uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos interligados (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos) e a

existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico. A especialização e a expansão cafeeira se inscrevem, ademais, dentro de uma cultura camponesa de longa data, assegurando uma forte tipicidade territorial.

Em Machado, localiza-se a sede da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (Acob) que, juntamente com a Escola Superior de Agricultura e Ciências, instituição particular, e a Escola Agrotécnica Federal (EAFM), são responsáveis pela geração e difusão de conhecimentos, técnicas e procedimentos para o cultivo orgânico do café (Pedini, 2005).

No caso de Campestre e Poço Fundo, observa-se o aumento crescente do interesse da agricultura familiar pelo cultivo orgânico e pela produção sem agrotóxicos, não só de café, mas também de outras culturas e produtos, com destaque para cachaça orgânica, mel, rapadura e fruticultura. As indicações geográficas de qualidade são vistas como um potencial de agregação de valor para a produção regional e são estimuladas, principalmente, pelo poder público estadual. Esses processos sociais favorecem a agricultura familiar e a valorização de recursos territoriais específicos, contribuindo com o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura.

A agricultura familiar do território é vigorosa e numerosa, com cerca de cinco mil estabelecimentos, apresentando uma diversidade de técnicas de produção e a multiplicação dos processos inovadores de comercialização, notadamente o comércio justo e orgânico. Desse total, cerca de 300 propriedades de café (6,25%) adotam o sistema orgânico e/ou a produção sem uso de agrotóxicos.

No início dos anos 1970, a produtividade média dos cafezais locais era de apenas 3-5 sacas por hectare. Além de ter quintuplicado essa produtividade, a cafeicultura se orienta em boa medida para uma produção de qualidade diferenciada. A partir dos anos 1990, Poço Fundo passou a ser considerada referência nacional na produção orgânica de café, com certificação de comércio justo, graças à Coopfam, e Machado se tornou um polo gerador e difusor de conhecimento em cafeicultura orgânica. Por sua vez, Campestre, que se posiciona como o sexto maior município produtor de café do Sul de Minas, conta também com núcleos de agricultores familiares no âmbito da Coopfam. Tais aspectos conferem fortes implicações no desenvolvimento territorial, com uma notável contribuição da agricultura familiar, que, cada vez mais, favorece um reconhecimento dos múltiplos papéis da atividade agrícola.

Com efeito, a cafeicultura conheceu, nos últimos anos, uma revalorização, graças à construção de diversos projetos e oportunidades especialmente orientados para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da alimentação de

qualidade e a preservação ambiental. No território dado, Sul de Minas Gerais, essas circunstâncias permitem a emergência de iniciativas promissoras para a constituição de referências alternativas de qualidade diante do modelo agroalimentar dominante no Brasil, no qual o papel da agricultura se resume à produção abundante de *commodities* indiferenciadas.

### **A dinâmica territorial ligada ao modelo produtivista e industrial do café**

No âmbito do modelo produtivista e industrial da *filière* do café, o qual induz uma estruturação territorial em torno da produção do café *commodity*, nota-se que a sua fundamentação econômica, ecológica e geográfica estabelece um tipo de organização social que submete a quase totalidade dos agricultores familiares das áreas estudadas a situações de marginalização, o que a impede, como consequência, de exercer multifunções, de modo a poder contribuir com um desenvolvimento de caráter sustentável. Apesar disso, o sistema de produção familiar do Sul de Minas, mesmo no âmbito do *commodity* café, ainda se apresenta com certo grau de viabilidade, considerando aspectos técnicos, organizacionais e socioeconômicos.

Assim, os “efeitos perversos” causados pelo dinamismo social desse modelo têm origem nas condições estabelecidas, sob a ótica da chamada “lógica de clube”, pelas organizações que se valem do que Guy di Méo (1998) identifica como o poder político (tecido administrativo), as dinâmicas socioeconômicas (ligadas ao sistema produtivo, por exemplo, distritos industriais, *clusters*, qualidade de produtos, etc.), os comportamentos e aspectos identitários e pertença e as dinâmicas naturalistas (determinismos ligados às interações natureza–sociedade).

Do ponto de vista da multifuncionalidade da agricultura, vale destacar que um território, sendo unidade delimitada, é simultaneamente um espaço de agregação e de segregação. Há os indivíduos que estão dentro e aqueles que ficam fora. Essa característica é fundamental no que diz respeito aos territórios resultantes de ações coletivas.

Oportuno apresentar aqui algumas ideias sobre as lógicas dessa dinâmica. Convém mencionar que a competitividade do setor constitui o objetivo recorrente de discursos e práticas em torno da ideia de expansão do agronegócio brasileiro. Nessa perspectiva competitiva, defende-se a liberalização econômica em escala internacional, para permitir uma regulação da agricultura unicamente pelos mecanismos de oferta e demanda. No cenário de retirada progressiva dos

entraves ao livre comércio, as exportações agrícolas de *commodities* se multiplicariam, lógica que se justificaria pelo pressuposto de que os consumidores alcançariam grandes vantagens em razão da queda constante de preços. As firmas agroindustriais e as grandes redes de supermercados consolidam-se como atores que definem as regras do jogo, com campo livre para impor sua concepção de qualidade. Seus poderosos instrumentos de comunicação publicitária tornam suas marcas comerciais referência praticamente exclusiva para as escolhas dos consumidores.

Apesar de uma grande gama de produtos, essas empresas mostram fundamentalmente interesse, todavia, por uma matéria-prima uniforme, com características o mais controláveis possível. Como sugere Lacombe (2002), a eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma “diferenciação tardia” dos produtos. Quer dizer, a partir de uma matéria-prima agrícola homogênea, as empresas agroalimentares desenvolvem técnicas de transformação, desembocando em vasto leque de produtos que são tardiamente diferenciados entre si na cadeia do processamento. Dessa maneira, as empresas combinam economia de escala, nas primeiras fases do processo de transformação, com a diversificação de sua gama de produtos, que se opera o mais tarde possível. Tal lógica permite reduzir estoques, prazos, horizontes de previsão e oscilações da demanda, aumentando a produtividade dos sistemas. O processo requer, portanto, que a matéria-prima alimentar tenha preços muito reduzidos e seja totalmente adaptada à transformação industrial, num quadro em que os processos de produção agrícola são padronizados a fim de reduzir ao máximo os custos de produção. O papel da agricultura se resume, assim, à oferta massiva e constante de produtos homogêneos e baratos. Apesar da abundância da produção alimentar com custo relativamente baixo, essa banalidade da agricultura, com reflexos diretos na qualidade alimentar, preservação ambiental, ordenamento territorial e coesão do tecido social, preocupa profundamente consumidores-cidadãos.

Portanto, na ótica produtivista e industrial, a proveniência e a forma de produzir não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade, pois é a marca comercial das grandes empresas agroindustriais e da grande distribuição que guia as escolhas dos consumidores. A propósito, a análise de Wilkinson (2002) é das mais consistentes para essa reflexão, já que fornece elementos instigantes sobre a evolução das estratégias agroindustriais, as posições de poder e as respostas dos gigantes do setor às críticas que lhes são dirigidas. Seja como for, o panorama em que a grande indústria alimentar e a grande distribuição definem livremente as regras do jogo é muito desfavorável à agricultura familiar, à salvaguarda da biodiversidade tropical, à dinamização dos territórios rurais e

aos esforços com vista a uma oferta agrícola de qualidade superior em termos alimentares. Com efeito, esse cenário deixa ampla margem para a propagação de uma visão produtivista do sistema agroalimentar, cuja consequência consiste em favorecer um ponto de vista que reduz o alimento a uma matéria-prima indiferenciada. Assim, a perspectiva produtivista leva à consolidação de uma abordagem pouco propícia às questões ambientais, sociais e culturais.

No caso da cafeicultura, as lógicas que negligenciam as formas e relações de produção se associam aos produtos indiferenciados, cujo lugar no mercado é ocupado pelo baixo preço associado à reputação das marcas das empresas torrefadoras e solubilizadoras que levam o produto final ao consumidor. As tendências do consumo de café nos países importadores mostram, no entanto, uma recusa crescente a tal modelo. O fenômeno das certificações evidencia a procura por outros referenciais de qualidade no lugar daqueles oferecidos unicamente pelas marcas comerciais.

De acordo com o que já foi mencionado, no Sul de Minas, sob o ponto de vista agropecuário, o café é o seu principal produto, pois, além de ser uma *commodity* com alto valor negociado (o Sul de Minas, historicamente, tem produzido mais café que alguns países produtores), acaba por gerar um alto valor agregado na região, em função das diferentes atividades que permeiam sua cadeia produtiva. São fornecedores de insumos, armazéns de beneficiamento e estocagem, comerciantes (corretoras e exportadoras), estruturas de assistência técnica, entre outros.

Convém precisar que a ocupação geográfica do café no Sul de Minas ocorre em áreas de montanha (bioma da Mata Atlântica), caracterizadas pelo cultivo em zonas com relevo acidentado, e em áreas mais planas (tipicamente de cerrado ou transição). Essa distinção topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro, que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia mais plana, e, conseqüentemente, mais mecanizáveis, e os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade-área.

No território dos municípios de Machado, Poço Fundo, Campestre, predomina a segunda estruturação, tratando-se de café produzido por famílias de cafeicultores e também por produtores não familiares de médio porte. As formas de exploração variam de cafés mais largos (com menos de 4.000 plantas/ha) a mais adensados (acima de 4.000 plantas/ha e com produtividades superiores), colheita manual ou mecanizada (colhedoras costais na sua maioria), processos de secagem via úmida (lavador com despoldador ou descascador de cereja) ou via seca (em terreiros de terra, cimento ou asfalto). As combinações possíveis,



dentro dos diferentes sistemas, dizem respeito à escala de cada produtor e ao seu nível tecnológico.

Estudo recente conduzido em 2007 pela Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Café e EAFM, nos municípios de Machado, Campestre e Poço Fundo, com o objetivo de avaliar os tipos de estabelecimentos agrícolas e seus respectivos sistemas de produção, indicam a existência de cerca de 1.600 propriedades especializadas em cafeicultura em Machado, 2.300 em Poço Fundo e 2.200 em Campestre. Os resultados apontaram também a predominância da agricultura familiar, com 84% dos estabelecimentos (Silveira et al., 2007).

A assistência técnica para os cafeicultores do sistema de produção convencional é prestada pelos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/MG), pelos técnicos vendedores de insumos e pelas cooperativas agropecuárias que atuam nas três cidades.

Convém aqui desenvolver algumas linhas sobre estas cooperativas. A Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo (Coopfundo) nasceu no ano de 1967, juntamente com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Fundo. Primeiramente, a cooperativa voltava-se para a produção de leite, mas, posteriormente, foi arrendada pela multinacional francesa Danone.

Mais tarde, a partir do ano 2000, o café passou a apresentar-se como o carro-chefe dessa cooperativa. A Coopfundo, a maior cooperativa do município, com quase 600 cooperados, adota o sistema de trabalho denominado café personalizado, que nada mais é que um sistema de armazenamento com a identificação do nome do produtor em cada saca estocada. Funciona como uma facilitadora da comercialização, de modo que a negociação e venda do produto só pode ser feita com o aval e assinatura do produtor. Dessa forma, a cooperativa funciona como uma operadora que busca vender o café com melhor preço do mercado, mas pouco se afasta de uma concepção industrial e produtivista. Sua comercialização tem o apoio de uma central de café na cidade de Varginha, município que recebeu a implantação do Porto Seco<sup>2</sup>, de onde o café parte para o Porto de Santos, distante 380 quilômetros.

Por sua vez, a Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), localizada não muito longe do território em estudo, é considerada por muitos a maior

---

<sup>2</sup> Os Portos Secos são centros ou depósitos aduaneiros destinados ao armazenamento de produtos importados e despacho de mercadorias a serem exportadas. São localizados em cidades de porte médio no interior do país, como é o caso do Porto Seco do Sul de Minas (Portos..., 2008).

cooperativa de café do mundo, com cerca de 11.000 cooperados e abrangendo 103 municípios, a maioria do Sul de Minas. Com tal dimensão, a cooperativa procura imprimir certa “aderência” a um modelo sustentável. Na qualidade de uma das mais tradicionais cooperativas do Brasil (75 anos de existência), a Cooxupé adota uma estratégia de comercialização pujante, com marcas reconhecidas, inclusive no campo da agricultura orgânica.

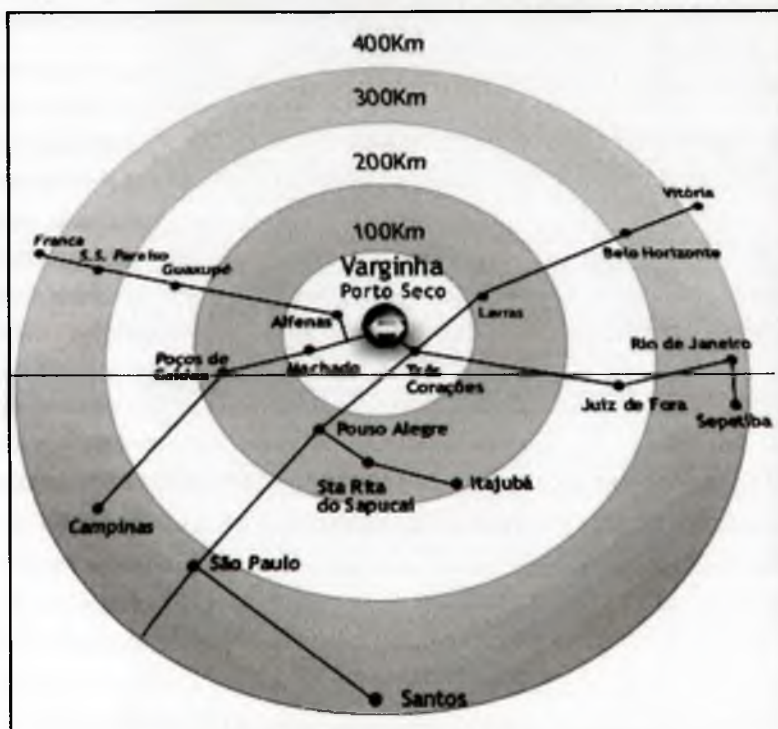
No setor do ensino e pesquisa, a EAFM constitui um importante centro que, mesmo favorecendo o modelo agroindustrial hegemônico do café, acolhe o desenvolvimento de uma visão alternativa em seu seio. Alguns profissionais dessa instituição contribuíram para o avanço de uma visão ecológica, oferecendo à produção familiar caminhos alternativos que hoje são cada vez mais reconhecidos.

No que se refere à comercialização do café *commodity*, ele toma dois destinos. No primeiro caso, quando a produção supera 19.200 kg (aproximadamente um *container*), o produtor comercializa diretamente o produto com compradores maiores, como a Dínamo Armazéns Gerais ou a Comercial Irmãos Ribeiro. Essas empresas são especializadas nas atividades de rebeneficiamento<sup>3</sup> de cafés de qualidade e nas operações de recebimento, preparo e embarque de cafés. Sediadas em Machado, contam com modernos equipamentos e instalações com capacidade de armazenagem de, aproximadamente, 300 mil sacas de café verde. A Dínamo, além disso, conta com armazéns sediados na cidade de Santos, estado de São Paulo, com capacidade de armazenagem de, aproximadamente, 200 mil sacas de café. Essas empresas mantêm relações comerciais diretas com exportadoras, como, por exemplo, a Exprinsul, localizada no Porto Seco da cidade de Varginha (Fig. 1), que também comercializa café orgânico, ou a Cooxupé. Elas também têm capacidade de exportação direta, mas acabam por adquirir apenas cafés com padrão BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), ou seja, café *commodity*.

---

<sup>3</sup> O beneficiamento do café é uma das diversas operações pós-colheita, que transforma, pela eliminação das cascas e separação dos grãos, o fruto seco (coco ou pergaminho) em grãos de café, que passa a ter a denominação de café beneficiado ou café verde. Já o rebeneficiamento compreende a classificação e padronização dos grãos beneficiados de acordo com atributos como peneira, densidade e cor, utilizando-se de diversos maquinários.

Figura 1. Porto Seco Sul de Minas



Fonte: Unecom, 2008.

Quando a produção é menor e/ou de baixa qualidade, é utilizado o expediente dos corretores. Nesse segundo caso, realiza-se um contato direto com esses agentes, presentes em todas as cidades, os quais fazem uma classificação do lote e efetuam o pagamento à vista. Tão logo é terminada a secagem em terreiros, os produtores se apressam em beneficiar o café pelo uso de máquinas acopladas a caminhões e contratadas dos corretores (ou atravessadores), que prestam este serviço na propriedade. A urgência revela questões de economia e também de segurança, em função dos frequentes roubos que ocorrem na zona rural da região. Esses lotes são “preparados”, ou seja, passam por máquinas de classificação e separação, sendo agregados em lotes maiores, que são enviados para grandes empresas. O resíduo, de menor qualidade (sobra do “preparo”), é reclassificado ou comercializado com compradores de café de menor qualidade, que podem ser as torrefadoras da região.

Esse processo cria uma assimetria de informações que, normalmente, fortalece os grandes compradores e deixa os produtores familiares à mercê do restante

da cadeia, uma vez que não possuem informações atualizadas, por exemplo, de cotação de preços do café, não têm noção dos critérios utilizados na classificação e, conseqüentemente, na determinação do preço do produto.

Apesar da submissão da maior parte da cafeicultura do Sul de Minas às lógicas mencionadas acima, a justificativa aqui apresentada para a ampla inscrição dos cafeicultores familiares no sistema produtivista e industrial se assenta na ideia da praticidade. Um corretor de café, entrevistado em Poço Fundo, descreve sua atividade tal como uma espécie de banco popular. O cafeicultor familiar típico do território não tem conta bancária, confiando sua produção aos agentes locais de intermediação. Quando necessita de dinheiro por qualquer razão, esse indivíduo aciona o escritório de corretagem de café, que o reembolsa de maneira praticamente imediata. O corretor recorre a uma seleção prévia do produto, sem a menor transparência com o produtor, que é muito pouco encorajado a introduzir melhorias na qualidade de seu café (é fato que a produção cafeeira já requer um patamar elevado de cuidado e dedicação).

De certo modo, o que ocorre em Poço Fundo é corroborado por Zylbersztain et al (1993), quando apontam que o relacionamento dos corretores com os seus representados “é informal, porém regular”, e que os negócios são realizados com base na “confiança e na tradição do corretor”. Por esse motivo, ainda segundo os mesmos autores, “os corretores mantêm firmas familiares centradas em uma única pessoa e firmemente alicerçadas em seu conhecimento do mercado, ou seja, seu produto é a informação”.

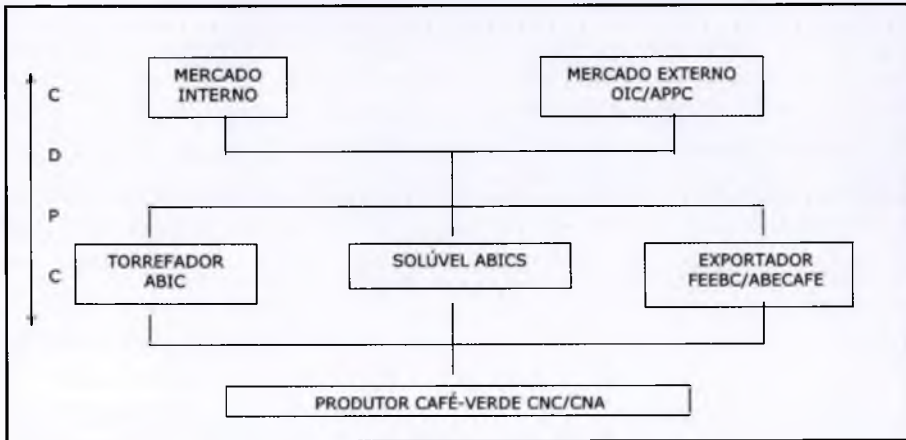
De toda maneira, a condição confortável de vida da maioria dos cafeicultores familiares dos três municípios fornece argumentos convenientes para justificar tal tipo de estruturação da cadeia produtiva: o interlocutor consultado insiste na argumentação segundo a qual, desde os anos 1990, os cafeicultores conhecem uma significativa melhora de vida, especialmente notória em termos de qualidade de suas residências, em razão de uma boa remuneração do café na região. Porém, essa suposta condição confortável é fortemente contestada pelos cafeicultores engajados nas iniciativas do projeto Coopfam, como será examinado abaixo.

Coincidência ou não, na década de 1990, o ambiente institucional em torno do café passa por uma profunda reforma, depois de mais de 50 anos de forte regulamentação por parte do governo brasileiro, para entrar em uma nova fase de liberdade de mercado. Conforme Saes e Farina (1999), com o fim do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Sistema Agroindustrial do Café (SAG) (Fig. 2) não teria mais que operar com “regras rígidas de cotas de exportação (e conseqüente

formação de estoques invendáveis), proibição da entrada de empresas no segmento industrial e tabelamento de preços do café no varejo”.

A desregulamentação do mercado brasileiro do café provocou dificuldades financeiras iniciais para o setor, causadas, entre outras razões, pela falta de definição de políticas de custeio e comercialização. Desde 1977, com a criação do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC), que passou a gerir o Fundo de Defesa da Cafeicultura (Funcafé), novas políticas foram definidas para os diferentes segmentos do SAG, como, por exemplo, no setor da exportação, com a liberalização na sistemática de registro para o café verde, o fim do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) e a simplificação nas regras de classificação de café. Com respeito a este último aspecto, as grandes empresas exportadoras passaram a definir os seus próprios padrões de classificação. A Cooxupé, por exemplo, segundo ainda Saes e Farina (1999), teve o reconhecimento internacional de seus padrões de classificação, que, além da classificação, tratam de outras características que interferem na qualidade da bebida.

**Figura 2. O sistema agroindustrial do café:  
fluxo do produto e suas entidades representativas**



Fonte: Saes e Farina (1999).

## Projeto produtivo orgânico fundado em princípio do comércio justo

De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a expectativas e demandas por produtos associados a uma representação de qualidade, que se afasta, em grande medida, das referências oferecidas pelas grandes empresas agroalimentares. As iniciativas em torno da Coopfam, talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico para o comércio justo (Silveira et al., 2006), foram escolhidas como projeto coletivo de interesse considerável para a análise, em razão de sua profunda ancoragem nestas tendências em torno das representações de qualidade, associadas às ações cujos efeitos favoreçam consideravelmente um “processo de especificação territorial”.

A pré-condição para a existência do território construído é a presença de atores que lhe conformam a imagem e que lhe conferem os canais de representação que permitem estabelecer laços das famílias produtoras com os consumidores. Sendo assim, é legítimo pensar que também as atividades agroalimentares estão ligadas ao território por intermédio de processos de construção social e técnicos de longa duração, além de fatores naturais. E, dessa forma, esses elos entre as famílias agricultoras, seus produtos e seus territórios podem contribuir com o desenvolvimento local (Pilleboue, 2002).

Sob o ponto de vista antropológico, e a partir das análises de autores selecionados pela base conceitual da pesquisa, o território influenciado pelas práticas agrícolas da Coopfam se funda em normas que tratam do intercâmbio, a solidariedade e a redistribuição (Mauss, 1950; Polanyi, 1944). As compras coletivas de insumos e de equipamentos e implementos agrícolas, além das trocas de serviços e os mutirões, ocorrem com alguma frequência em apoio aos produtores que apresentem problemas de saúde ou impossibilidade de executar as tarefas por outras razões. Aqueles produtores com áreas menores, e que terminam a “panha” primeiro, colocam seu serviço à disposição dos “atrasados”. A secagem ocorre geralmente no terreiro (a maioria cimentado), pois poucos possuem secador. O café verde permanece no terreiro em torno de duas semanas, conforme as condições climáticas, e deve ser “rodado” diversas vezes por dia. Essa diversidade das formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água) e das relações de trabalho é uma expressão inequívoca da multifuncionalidade da agricultura.

O sistema familiar de produção orgânica da Coopfam apresenta maior percentual de indicadores de multifuncionalidade que o da agricultura familiar submetida ao modelo produtivista e industrial da *filière* do café, mesmo que este es-

tudo não tenha utilizado uma metodologia específica para a medição de critérios ou níveis multifuncionais. Contudo, a afirmativa feita com base na teoria se deve, sobretudo, ao sistema sustentável de produção sem o uso de insumos químicos, aos serviços prestados à coletividade por intermédio do sistema cooperativo (no caso, uma experiência que se pode considerar pedagógica, dada sua especificidade), ao interesse que despertam as práticas adotadas de respeito ao meio ambiente e a um sistema de gestão inédito, que lhe garante, do ponto de vista operacional, a rentabilidade econômica apoiada na certificação comércio justo, possibilitando, possivelmente, uma externalidade positiva para a coletividade.

A Coopfam é fruto de uma reflexão que se inicia nos anos 1970 e 1980, claramente marcada pela ação social da paróquia do município de Poço Fundo. Na sua linha de frente, alguns padres ligados à Teoria da Libertação auxiliaram a organização de agricultores familiares e a formação de centros comunitários rurais, no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A constatação de que as condições de vida das famílias dos agricultores se degradavam, o êxodo rural se acentuava e o apego aos valores em torno da terra diminuía incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar tais processos como uma fatalidade. Assim, abraçaram a ideia de construir alternativas com vista à revalorização da atividade agrícola familiar. Nessa perspectiva, a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo foi instituída oficialmente em 1991, mesmo que sua organização date de 1984, fruto do trabalho da CPT e do grupo de jovens agricultores preocupados com o êxodo rural, em busca de meios para a sua sobrevivência.

Vale lembrar que Poço Fundo recebeu muitos imigrantes italianos e portugueses, além de brasileiros natos e ex-escravos que ocuparam as terras montanhosas da região. O testemunho de atores entrevistados revela que esses agricultores viveram, segundo seus pontos de vista, com relativa fartura até o período de grandes transformações provocadas pela modernização da agricultura brasileira. Mesmo que essas terras não tenham se tornado alvo da cobiça de grandes proprietários fundiários, com preferência por áreas planas e mecanizáveis, as novas dinâmicas agrícolas enfraqueceram as estratégias até então adotadas, visando à reprodução social das unidades de produção familiar. Portanto, é nessas circunstâncias de busca de soluções alternativas de desenvolvimento local que se concebe e se implanta a ideia de reconversão à agricultura orgânica, o que abre outras frentes de oportunidades para a cafeicultura familiar de Poço Fundo.

Entre 1984 e 1991, um grupo de 21 famílias dos jovens cafeicultores organizou-se para fundar a Associação dos Pequenos Produtores, que tinha como ênfase a compra coletiva de insumos e a busca de alternativas para comercia-

lização de produtos com preços maiores. Tudo isso, com uma preocupação crescente com relação à preservação do meio ambiente. Mais tarde, o referido grupo passa a investir decididamente na agricultura orgânica, com o apoio da EAFM, solicitando a certificação da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Portanto, a utilização de técnicas de produção orgânica constitui o motor que impulsionou a formação do primeiro coletivo no qual se edifica o projeto em questão. Com o apoio da Organização Não-Governamental Centro de Assessoria Sapucaí, localizada na vizinha cidade de Pouso Alegre, esses agricultores de Poço Fundo procuraram, com vistas a um projeto mais ambicioso, uma certificadora com reconhecimento internacional, fato que os levou à certificadora alemã *Bio Control System Eco-Garantie* (BCS ÖKO) e, ainda, à *Fair Trade Labeling Organisation* (FLO) e ao selo do comércio justo.

Nesse processo, a fundação de uma cooperativa foi considerada essencial para os objetivos comerciais e exportadores, o que ocorreu no ano de 2000, inicialmente com 20 cooperados, número logo ampliado. Nesse mesmo ano, a EAFM, que mantém parceria com a Associação em questão desde 1998, coordenou a I Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico do Brasil. Naquela ocasião, membros da Associação mantiveram contato com representantes de cooperativas de consumidores do Japão e empresas europeias e norte-americanas. A partir de então, a Associação intensificou seus relacionamentos internacionais.

Investindo pouco a pouco em equipamentos e estrutura para esse tipo de inserção no mercado de café, a recém-criada cooperativa exporta para os Estados Unidos, em 2001, os primeiros lotes de café orgânico sob o selo do comércio justo. Essa iniciativa favoreceu a abertura da exportação nesses moldes para outros países, tais como Itália, Inglaterra, Japão e Canadá. Em 2004, a cooperativa já contava 196 filiados, agricultores com unidades de produção cuja área média varia de três a sete hectares. Deste conjunto, 130 eram, em 2004, produtores orgânicos. Dispersos pelos municípios de Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre, os estabelecimentos familiares vinculados à Coopfam podem ser concebidos como sementes da construção de um território.

À medida que a Coopfam estimula as 246 famílias filiadas na sua órbita a se organizarem por núcleos nos bairros rurais a fim de, entre outras incumbências, discutir as mais apropriadas técnicas de produção orgânica, estes coletivos tornam-se centros difusores de valores e concepções sobre a agricultura, o desenvolvimento e o meio ambiente. A propósito, os núcleos permitem uma articulação entre direção e base da cooperativa, cujos membros são, por diversas evidências, encorajados à participação.



Cabe enfatizar que esses núcleos funcionam como espaços de troca de experiências e repasse de informações entre os produtores, com vista a fortalecer a agricultura orgânica diante da convencional. O núcleo capacita agricultores interessados em aprender as técnicas de cultivo orgânico, estimulando-os a ingressar na Associação de Pequenos Agricultores de Poço Fundo e na própria Coopfam. Ademais, os núcleos realizam a logística da produção por meio da recepção, armazenamento e embalagens dos produtos, e também buscam criar e administrar canais de comercialização da produção dos agricultores dos municípios que compõem a cooperativa. Oportuno também destacar o mecanismo histórico de coordenação dos associados. Desde a sua criação, a Associação, mantém um regime de reuniões ordinárias mensais para tomada de decisões e para a formação de seus membros. Atualmente, as reuniões ocorrem na sede da Associação, com os representantes dos onze núcleos. Cada representante de núcleo leva os encaminhamentos de assuntos discutidos para a reunião no bairro-sede do núcleo, a qual ocorre também mensalmente com a participação maciça dos membros, geralmente na mesma semana em que ocorre a reunião dos líderes. Esse processo explica o grau de coesão observado.

A média da produtividade da Coopfam por hectare é de 30 a 35 sacas contra a média da produção de café convencional de 25 a 30 sacas por hectare. A produção anual é de 480.000 kg, o que corresponde a uma média de 25 *containers* de 19.200 kg, dos quais cerca de 70% são destinadas ao exterior. O café é o principal produto que compõe esse projeto; porém, a produção orgânica também se estende aos hortifrutigranjeiros, fumo, mel, entre outros. Tal arranjo permite aos dirigentes da Coopfam avançar na ideia segundo a qual a atenção ao abastecimento alimentar local constitui uma prioridade. Essa concepção favorece a interpretação de que existe um desejo intenso de fortalecer os vínculos com o território como questão maior para a consolidação do projeto social, econômico e ambiental da cooperativa.

Vale assinalar que, desde sua fundação, a Coopfam desenvolve projetos que reforçam certa representação territorial. Trata-se notadamente de ações visando à reprodução socioeconômica da agricultura familiar, com a preservação de um tecido social rural vigoroso. Nesse sentido, a cooperativa, em conjunto com a Associação dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo, destina recursos a projetos sociais abrangendo as famílias dos cooperados e também a comunidade local. Entre tais iniciativas, estão o laboratório de inclusão digital e os projetos ligados à saúde dos cooperados e seus familiares, como o de assistência médica e odontológica e o incentivo a práticas desportivas. Além disso, também possui uma ação voltada para geração de renda para um asilo de idosos, em Poço Fun-

do, graças à manutenção de uma parcela de produção de café orgânico. Ainda convém destacar um projeto educacional, formatado a partir de uma parceria entre a Coopfam e um grupo de professores insatisfeitos com a degradação do ensino público. Propiciando a fundação de uma escola cooperativa (o Centro Educativo Cooperar), tal projeto tem como objetivo oferecer ensino de qualidade ao município de Poço Fundo.

Esse vigor associativo se fundamenta na experiência de produção e comercialização certificada de café, que rompe com a dependência da cafeicultura familiar e os canais tradicionais, cujas lógicas a excluem e expropriam (Pediñi, 2005). De fato, um sentido maior do comércio justo reside na possibilidade de obter uma remuneração importante do trabalho realizado pelo agricultor e sua família. Ademais, as cartas de intenção em torno do comércio justo evocam igualmente a ideia de garantir o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, favorecer a preservação ambiental e oferecer aos consumidores produtos de qualidade reconhecida.

A propósito, a igualdade de gênero constitui um critério de reconhecimento do comércio justo. No âmbito da Coopfam, tal debate ocorre no grupo de mulheres da cooperativa, o qual apontou o desenvolvimento do turismo rural como atividade com potencial de promover uma maior participação feminina. Outra perspectiva em debate pelas mulheres se refere à ideia do “café feminino”. Trata-se de um produto com apelo à sensibilidade pela causa feminina ao tornar visível a mão-de-obra da mulher em todas as etapas produtivas, particularmente com a confecção de embalagens artesanais para o café, com material obtido na localidade.

O objetivo atual da Coopfam consiste em atender aos padrões de qualidade do sistema, adotando notadamente práticas ambientais que correspondam aos critérios que se consolidam em termos de referência de qualidade do comércio justo. Assim, a cooperativa investe na ideia de reforçar sua estrutura de apoio aos seus filiados, apostando numa estratégia de agregar valor aos seus produtos.

Nessa ótica, a Coopfam obteve, em 2007, o registro de exportador com certificação de comércio justo e passou, ela mesma, a fazer suas próprias exportações, além da produção de outros grupos sul-mineiros de produtores de café com certificação de comércio justo, localizados no sul do estado.

No primeiro semestre de 2008, a Coopfam inaugurou a sua própria unidade de rebeneficiamento de café, de modo a poder controlar o padrão de qualidade exigido para o produto de exportação, além de ter condições de rastreá-lo. Nessas condições, cada produtor pode acompanhar como o seu café está sendo preparado e exportado. Portanto, trata-se de opção pela via independente de

comercialização. Já a torrefação, apesar de não corresponder à demanda dos importadores, é considerada uma etapa do processamento que deve ser realizada pela cooperativa, a fim de permitir sua inserção no mercado brasileiro do comércio justo e solidário, em via de constituição.

Nessa linha, circula entre os cooperados e colaboradores a ideia de lançar uma marca própria de café orgânico, torrado e moído no circuito do *comércio justo* brasileiro, cujo projeto de implantação é da Articulação Nacional de Organizações de Produtores Familiares no Comércio Justo, da qual a Coopfam é membro fundador. Para a criação desta marca, a Coopfam estabeleceu uma parceria com a EAFM, cujas instalações se localizam a apenas 13 km de Poço Fundo.

Efetivamente, as estratégias adotadas até o presente se mostraram capazes de conferir um notório reconhecimento social à Coopfam, o que tem favorecido a constituição de parcerias e apoios.

Ainda cabe abordar a influência das políticas públicas nas iniciativas da agricultura familiar de Poço Fundo. As linhas de crédito de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foram identificadas como as principais intervenções públicas no município. Por um lado, as modalidades crédito e investimento do Pronaf favorecem, sobretudo, o incremento das atividades cafeeiras, e, por outro lado, o PAA permite que produtos, tais como banana e mel, abasteçam as escolas municipais, fornecendo argumentos consistentes para as lógicas locais da cooperativa.

A iniciativa e o sucesso da produção orgânica de café encabeçada pela Coopfam impulsionaram outras iniciativas deste modelo de produção. Atualmente, esta dinâmica produtiva orgânica tem o município de Poço Fundo como núcleo maior, porém sua abrangência inclui outros municípios da região. Aliás, no âmbito da própria Coopfam, existem apoios para a produção e comercialização de mel e hortifrutigranjeiros orgânicos, e alguns cooperados destinam os seus produtos à cidade de Pouso Alegre, importante núcleo urbano sul-mineiro de 115 mil habitantes, distante cerca de 80 km de Poço Fundo.

O protagonismo da Coopfam – visto como um bem-sucedido modelo de associativismo, que consegue adequar concepções de conservação dos recursos naturais e responsabilidade social por meio do sistema comércio justo – provoca um efeito multiplicador de ideias e valores, impulsionando o cultivo orgânico, o comércio justo, ações de preservação do meio ambiente e um repensar do território. As funções desempenhadas pela Coopfam, centradas nos conceitos em torno da preservação do meio ambiente, preocupação com a saúde, compromisso com

a comunidade e com a sustentabilidade, começam a fazer parte das agendas de outras cooperativas de Poço Fundo.

Este é o caso notório da Cooperativa de Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (Coocaminas), que se trata de um projeto concorrente no campo do comércio justo e solidário. Fundada com 20 cooperados, a Coocaminas se propõe responder aos critérios mínimos para poder se integrar a esta cadeia, não se tratando de um engajamento em agricultura orgânica. Segundo um representante desta cooperativa, alguns membros da Coocaminas são “dissidentes” da Coopfam, considerando que o modelo simultâneo orgânico e comércio justo oferece pouca margem de manobra para a produção agrícola. Mesmo com um menor engajamento socioambiental, é evidente que Coocaminas nasceu, em grande medida, sob a inspiração do projeto Coopfam.

### **Conclusões**

A emergência das questões territoriais favorece uma outra leitura dos problemas agrícolas e rurais. No lugar de impulsionar lógicas produtivistas, despontam perspectivas voltadas a reorientar o desenvolvimento, considerando fatores sociais, culturais e naturais, articulados com o objetivo de valorizar as particularidades dos territórios.

Já o debate sobre a sustentabilidade social e ambiental oferece elementos pertinentes de crítica, encorajando mudanças dos consumidores relativas às escolhas de produtos e serviços, repercutindo de maneira visível sobre o sistema agroalimentar. Trata-se da adoção contemporânea de uma postura favorável à gestão sustentável deste sistema, que consiste, em grandes linhas, em reforçar a agricultura familiar, respeitar a natureza, assegurar a qualidade alimentar e permitir uma dinamização territorial. Ou seja, essas iniciativas inovadoras guardam uma forte correlação com os preceitos da multifuncionalidade agrícola. Além disso, demonstram uma grande capacidade de provocar mudanças no interior das instituições que, até então, se limitavam ao modelo convencional.

O estudo analisou uma experiência em torno da cafeicultura familiar brasileira, que fornece respostas às novas demandas e expectativas no que diz respeito à qualidade dos produtos alimentares. Efetivamente, estas dinâmicas se distanciam do modelo produtivista e industrial de concepção da agricultura.

A Coopfam corresponde a um território construído, pois edifica referências inéditas para as escolhas locais, com reflexo na representação sobre os papéis da

agricultura e do território, a partir de iniciativas ousadas dos atores e com vista a ativar dinâmismos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Assegura, além disto, direitos aos cafeicultores de cumprir um papel importante no comércio internacional, ao estabelecer um elo direto entre a produção e os consumidores, baseado, porém, em um modelo de mercado construído sobre uma lógica diferenciada da racionalidade do lucro, tão-somente.

### Referências bibliográficas

ALVES, H. M. R.; BERNARDES, T.; SILVEIRA, M. A. da; NICOLELLA, G.; VIEIRA, T. G. C. Delimitação de um território potencial para a produção de cafés de qualidade diferenciada dos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo, MG. In: *Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil*, 5, 2007, Águas de Lindóia. *Anais...* Brasília, DF: Embrapa Café, 2007. 1 CD ROM.

COFFEA. A moderna cafeicultura de montanha. Varginha. *Revista de Tecnologia Cafeeira*, ano 2, n. 6, p. 3-7, 2005.

CONAB. *Acompanhamento da safra brasileira café*. Safra 2008, terceira estimativa, setembro/2008. Brasília, DF, 19 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Perfil demográfico do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2003, 111 p.

Di MEO G. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998.

LACOMBE, P. *L'agriculture à la recherche de ses futurs*. Paris: Éditions de l'Aube et Datar, 2002, 184 p.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échanges dans les sociétés archaïques: In: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950, p.145-310.

MORUZZI MARQUES, P. E.; SILVEIRA, M. A. da; CARON, D. Qualidade e diferenciação em torno do café: modelos em concorrência. In: *Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil*, 5, 2007, Águas de Lindóia. *Anais...* Brasília, DF: Embrapa Café, 2007. 1 CD ROM.

PEDINI, Sergio. Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar. *In-forme Agropecuário*. Edição especial, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124, 2005.

PECQUEUR, B. *Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés*. Paris: Economie Rurale, n. 261, p. 37-49, 2002.

PIB municipal mostra desconcentração da economia mineira. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/noticias?op=estruturaConteudo&opMenu=&coConteudo=47067&coSeqPagina=18&coSeqOrigemAcesso=1>>. Acesso em: 10 out. 2008.

PILLEBOUE, J. Quand l'expression de la multifonctionnalité de l'agriculture passe par la construction d'une image territoriale: le cas de l'Aubrac. In: *Colloque International La Multifonctionnalité de L'Activité Agricole et Sa Reconnaissance Par Les Politiques Publiques*, 2002, Paris. *Actes...* Paris: SFER, 2002, p. 313-336.

POLANYI, K. *The great transformation*. Boston: Beacon Press, 1944.

PORTOS secos. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Eadi.htm>. Acesso em: 3 nov. 2008.

SAES, M.S.M.; FARINA, E.M.M.Q. *O agribusiness do café no Brasil*. São Paulo: Pensa: Editora Milkbizz, 1999, 230 p.

SILVEIRA, M.A. da; CARON, D.; MARQUES, P.E.M.; IAMAMOTO, A.T.V. Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: *Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, 7, 2006, Quito. La cuestión rural em América Latina: exclusión y resistencia social. Quito, 2006. CD-ROM. 16 p.

SILVEIRA, M. A. da; MORUZZI MARQUES, P. E.; CARON, D. Identificação e avaliação de estratégias de desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar do Sul de Minas Gerais. In: *Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil*, 5, 2007, Águas de Lindóia. *Anais...* Brasília, DF: Embrapa Café, 2007. 1 CD ROM.

UNECOM. Porto Seco Sul de Minas: localização. Disponível em: <<http://www.portosecosuldeminas.com.br/ps/portugues/localizacao.asp>>. Acesso em: 24 out. 2008.

WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Revista Sociedade e Agricultura*, n. 18, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, p. 147-174, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E.M.M.Q.; SANTOS, R. da C. *O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agribusiness do café visto como a chave da competitividade*. Porto Alegre: Ortiz, 1993, 277 p.